

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

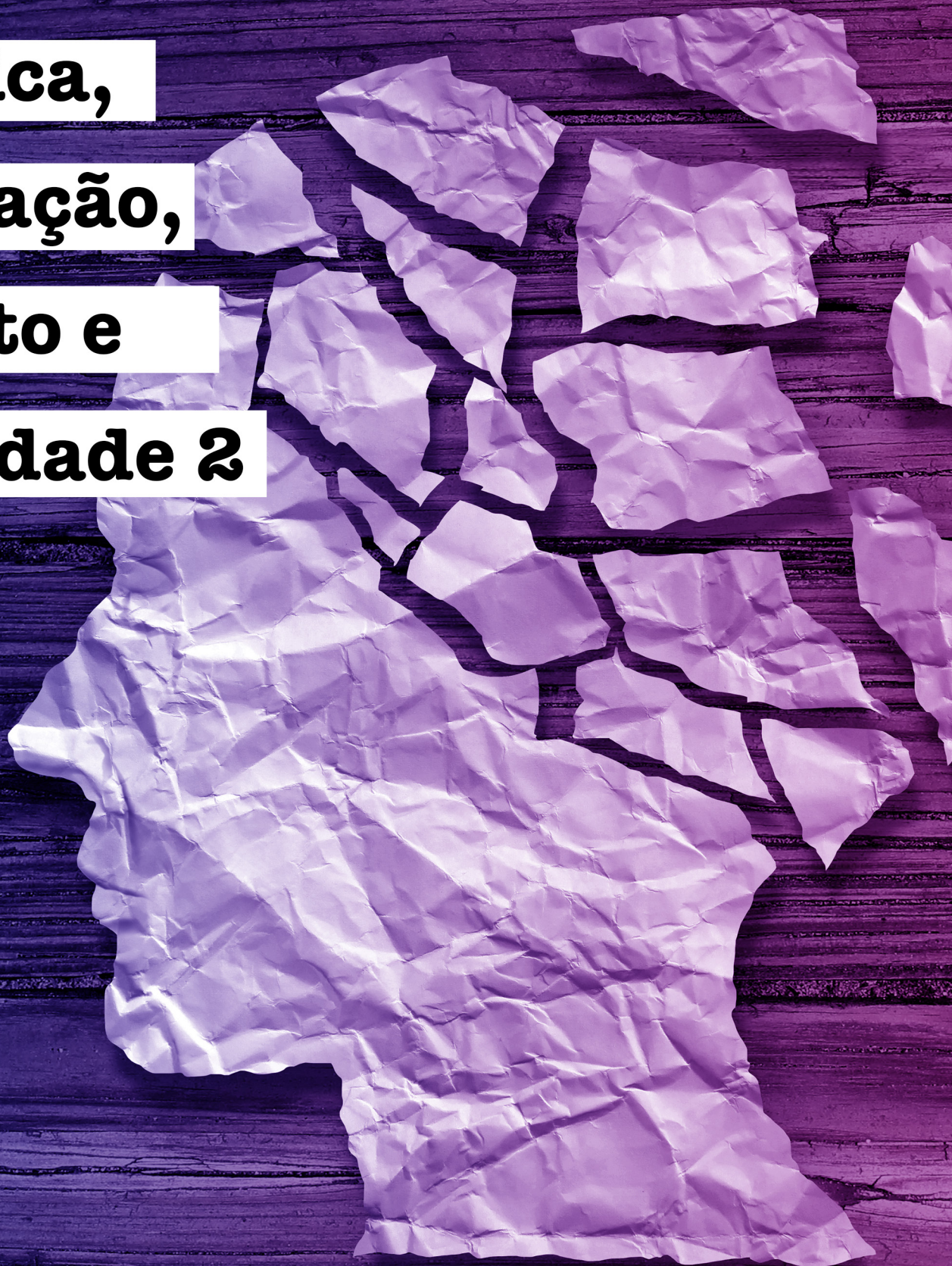
**Filosofia**

**Política,**

**Educação,**

**Direito e**

**Sociedade 2**





Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a



democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições



para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>121</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>126</b>
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>139</b>
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>210</b>
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	



**CAPÍTULO 23 ..... 242**

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

**DOI 10.22533/at.ed.95719040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 252**

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

**DOI 10.22533/at.ed.95719040225**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 265**

## CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

**Josélia Maria Costa Hernandez**

Academia da Força Aérea (AFA)

Pirassununga - SP

**RESUMO:** Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA. Seu objetivo é não só evidenciar de que maneira se desenvolveram as reflexões realizadas sobre tal processo de formação e profissionalização como também discutir sobre as concepções de ensino e de aprendizagem que são observadas no fazer docente dentro dessa instituição militar de ensino superior. Quanto a seus procedimentos metodológicos, este trabalho se caracteriza como análise documental de natureza qualitativa. Seu objeto serão os relatórios técnicos produzidos pelos três docentes membros do grupo PEPE sobre as pesquisas desenvolvidas por cada um deles que problematizaram aspectos em relação a prática pedagógica, processo de ensino e aprendizagem e formação e profissionalização docente. O artigo estrutura-se em três seções:

a primeira tratará da construção da identidade docente dos professores civis da academia; a seção subsequente analisará os diversos sentidos atribuídos à aula por esses docentes e a última seção analisará como as abordagens de ensino e de aprendizagem se manifestam linguisticamente nas falas dos professores da AFA. Como a discussão trata do ensino superior numa instituição militar, configura, assim, uma reflexão peculiar, pois esse aspecto do ensino superior no Brasil quase não é investigado, o que caracteriza a relevância científica e acadêmica deste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Profissionalização docente. Instituição militar de ensino superior. Abordagens de ensino.

**ABSTRACT:** This article refers to the description of the third stage of researches on the process of professionalizing the Air Force Academy (AFA) professor. These studies were conducted by the Educational Processes study group - Study Proposals (PEPE). The group is linked to the training and teaching professionalization in higher military education research line included in the Group of Studies and Research in Defense Affairs (GEPAD) of AFA. The purpose of this text is not only to show how the reflections carried out on this process of formation and professionalization were developed, but also to discuss the conceptions of teaching and learning

that are observed in the teaching of this military institution of higher education. As for its methodological nature, this work is characterized as a qualitative documentary analysis. Its object of analysis is the technical reports produced by the three professors who are members of the PEPE group. In their reports, they discuss aspects related to pedagogical practice, the process of teaching and learning, and teacher training and professionalization. The article is structured in three sections: the first one deals with the construction of the teaching identity of the civilian teachers of the academy; the subsequent section analyzes the various meanings assigned to the class by these teachers and the last one examines how the teaching and learning approaches are linguistically manifested in the 'professors' statements. As the discussion deals with higher education in a military institution, it is a peculiar reflection since this aspect of higher education in Brazil is scarcely investigated. This makes our study scientifically and academically relevant.

**KEY WORDS:** Teacher professionalization. Military institution of higher education. Teaching approaches.

## 1 | INTRODUÇÃO

Há oito anos, três docentes da Academia da Força Aérea (AFA), diante de suas afinidades profissionais, éticas e teóricas, formaram o grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA, e começaram a se reunir para problematizar questões sobre formação e profissionalização dos professores dessa instituição militar de ensino superior.

A partir de então e com o intuito de responder as indagações iminentes, diversas pesquisas sobre a docência na academia começaram a ser desenvolvidas, resultando em artigos apresentados em eventos científicos e publicados em seus respectivos anais bem como em relatórios técnicos apresentados a Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) da Academia da Força Aérea. À guisa de esclarecimento, a CPPD é um colegiado formado por professores civis e oficiais militares presidido pelo comandante da AFA e tem como uma de suas atribuições acompanhar o processo de capacitação e profissionalização de seus docentes. Dessa forma, toda e qualquer atividade acadêmica e científica proposta e produzida pelos professores é apresentada anualmente em forma de relatório técnico e, depois de passar por análise e consecutiva anuência daquele colegiado, seu docente responsável tem assentimento formal para continuar suas pesquisas.

A intenção deste artigo é mostrar a evolução das reflexões realizadas sobre o processo de profissionalização do professor da AFA, bem como as diferentes concepções de ensino e de aprendizagem que rondam seu fazer docente dentro da sala de aula, sob a ótica da área de formação de cada um dos professores/pesquisadores



membros do PEPE. Dessa forma, o trabalho aqui proposto caracterizou-se com produções específicas de acordo com a formação de cada um de seus docentes pesquisadores, no entanto manteve seu fio condutor temático.

Destarte, este artigo caracteriza o estudo que ora descreve, quanto a seus procedimentos metodológicos, como análise documental de natureza qualitativa, pois terá como objeto de estudo os relatórios técnicos produzidos por aqueles três docentes sobre o projeto que cada um desenvolveu segundo sua linha e base teórica de pesquisa específicas evidenciadas a seguir.

Assim, na primeira seção deste artigo, será apresentada uma discussão sobre a identidade profissional do professor da AFA e sua prática docente. Nela será tratada a questão da construção da identidade docente e como esses professores, civis, identificam-se profissionalmente no exercício do magistério superior de uma instituição militar.

Na seção seguinte, serão comentados os diversos sentidos que esses professores atribuem à aula, destacando as marcas sociais que sinalizam suas falas, como, por exemplo, histórias de vida e experiências de formação.

Já na terceira e última seção, será descrita como uma análise metodologicamente peculiar lançou mão da análise da conversação, na área da linguística, para verificar como as abordagens de ensino e de aprendizagem pela ótica de Mizukami (1986) se manifestam nas falas dos professores da AFA.

Todos esses trabalhos singularizam uma reflexão única, pois versa sobre um aspecto do ensino superior no Brasil pouco explorado, que é aquele configurado dentro de uma organização militar, justificando, assim, sua relevância científica e acadêmica.

É importante ainda lembrar que, originalmente, este trabalho foi apresentado no XVIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Endipe, realizado entre 23 a 26 de agosto de 2016, na Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá-MT e, por isso, também consta de seus Anais.

## **2 | IDENTIDADE PROFISSIONAL E PRÁTICA DOCENTE**

De acordo com Formiga (2016), ao longo desses anos de pesquisa, uma questão sempre foi discutida: como a identidade do docente profissional que atua na AFA é construída? Em decorrência disso, ao olhar para o processo de formação docente de maneira ampla e a sua relação com a constituição identitária de um professor que atua numa instituição militar de ensino superior, foram detectadas algumas janelas conceituais.

Dessa forma, dois instantes de reflexão aqui são instaurados: primeiramente, detectar-se-á a busca da identidade do docente da AFA com base no seu processo de formação de professor de ensino superior, para, em seguida, depreender sobre o que é ser um professor numa organização militar de ensino.

Quanto à construção da identidade docente, é bem pertinente esta asserção de

Gonçalves (1992 apud SCHAFFEL, 2000, p. 147): “esse processo de construção se efetiva a partir da relação que o professor estabelece com a sua profissão e o seu grupo de pares”.

Depreende-se disso, como explica Paiva (2012, p.17), que a identidade do professor é epistemológica e profissional e se constitui alicerçada na sua formação inicial e continuada, nas suas experiências pessoais e coletivas, em seus conhecimentos e saberes vivenciados, em seu trabalho docente situado na escola como instituição social e educativa.

Em contrapartida, o ensino superior numa instituição militar distingue-se de outras instituições do meio civil pela sua especificidade e peculiaridade, porque, apesar de existirem características comuns à construção daquele docente, pode haver variações, conforme o setor em que ele atua (KIRSCH, 2013, p.54). E, assim, chega-se a um ponto fundamental nesta reflexão: o *locus* de trabalho, justamente porque ele exerce expressiva importância na análise da construção/reconstrução da identidade do professor.

Como já foi bem explícito, a Academia da Força Aérea é uma instituição militar. E isso pressupõe em nosso constructo mental uma área física projetada para ter segurança. Goffman (2001, p. 16) ilustra bem essa imagem, quando explica o que concebe como instituições totais:

[...] algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais [...] (GOFFMAN, 2001, p.16).

Para emoldurar esse quadro, a vida em caserna se caracteriza pela sua natureza burocrática e pressupõe unidade de comando, hierarquia, centralização de autoridade, amplitude de controle, divisão sistemática do trabalho, disciplina e autoridade fundamentada na meritocracia.

Além disso, a AFA como instituição de ensino organiza-se em três instâncias denominadas Campo Geral, Técnico-Especializado e Militar. Do ponto de vista organizacional, o Campo Geral estrutura-se em cinco áreas: Ciências administrativas; Ciências humanas; Ciências da linguagem; Ciências exatas e Ciências do esporte. As disciplinas de cada uma dessas áreas são, por sua vez, distribuídas dentro daqueles três campos. Disciplinas como Português, Psicologia, Sociologia, Matemática, Física, Inglês e Espanhol, por exemplo, estão no Campo Geral.

Tudo isso traz à tona a reflexão de Foucault (2002, p. 123) sobre a distribuição do indivíduo no espaço:

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. [...]. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. [...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, [...] poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos.

Em meio a um ambiente tão *sui generis*, o ensino e a aprendizagem propriamente ditos são considerados, como disse Chartier (1978 apud MIZUKAMI, 1986, p.12), “uma cerimônia e [...] [é] necessário que o professor se mantenha distante dos alunos”.

Assim, mesmo que não queira, o docente da AFA se investe de uma autoridade intelectual e moral, detentor do saber, responsável por ministrar seu conteúdo de maneira vertical, executando planos de ensino de orientação tecnicistas, enquadrando-se no que Mizukami (1986) classificou como abordagens tradicional e tecnicista de ensino:

sem dúvida, a gente acaba ficando influenciado pelo (meio militar), não tem como não ser influenciado pelo seu ambiente de trabalho [...] o fato de eu estar ministrando aula aqui, dentro de uma organização militar, acaba mudando um pouco o foco da gente, seu estilo de dar aula [...], então a gente acaba ficando meio que encamisado, infelizmente [...], enquadrado, é, militarizado; a gente mesmo acaba ficando [...] não tem jeito (Professor01).

Pelo depoimento do professor acima, naquele contexto, a formação de sua identidade pressupõe reinventar-se como “ser” docente e subordinar-se às “regras da casa”, as suas prescrições e proibições. Não obstante, há aquele que vê um aspecto positivo na construção dessa identidade, quando afirma que trabalhar nessa organização “*não mudou o seu modo de ver a função docente, mas mudou o seu modo de praticá-la*” (Professor 02).

Enfim, para o professor que atua na Academia da Força Aérea, algumas regras especiais são instituídas, na medida em que a sua prática docente sofre uma mudança de paradigma diante das especificidades inerentes ao ensino castrense, já que sua identidade, ao ser reestruturada no dia a dia nesse *locus* tão peculiar, passa a ser reconstruída, muitas vezes, em detrimento da sua formação e profissionalização acadêmica original.

### 3 | OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DADOS À AULA

Uma sinestesia. Esta é a definição para o estudo sobre a aula e os seus diversos sentidos pela ótica do professor da AFA. Geraldi (2010) é um dos estudiosos que dá suporte teórico para esta pesquisa, além de Vygotsky (1993), que discute a questão da linguagem e do processo de significação (histórico e social). Sinestesia, porque se utilizou, nessas análises, essa pertinente figura de linguagem, quando foi lançado um “olhar [para] os dizeres sobre a ‘aula’ e suas marcas sociais”.

É bom que fique bem claro que aula, para Carlino (2016), nesse contexto, não significa a classe, a sala em que o professor leciona, o lugar físico. Todavia, ela é concebida como uma instância que caracteriza um espaço delimitado social e historicamente, construído pelos interlocutores que instauram nesse cenário um acontecimento, ou seja, como quer Geraldi (2010, p. 81), a aula como acontecimento e não “entendida sempre como um encontro ritual, e por isso com gestos e fazeres

predeterminados, de transmissão de conhecimentos”.

E, se a aula, sob essa ótica, é construída pela interlocução, logo a linguagem em sua essência social, dialógica, múltipla e dinâmica, pela palavra, faz da aula um caleidoscópio de sentidos, passível de transformação a cada movimento que lhe é instaurado subjetivamente pelos seus próprios autores. Como assegura Vygotsky (1993, p. 333), “o sentido da palavra é a soma de todos os fatos psicológicos evocados em nossa consciência graças à palavra”.

Diante de tais concepções, em entrevista semiestruturada, dez docentes expuseram suas experiências em relação ao modo como preparam e como produzem suas aulas, os modelos ou referências que tiveram de aula e a quem atribuem o seu jeito de dar aula, de maneira que fosse possível relacionar as falas desses professores com os aspectos sociais, de formação profissional, de organização de trabalho nos quais eles estão inseridos, atribuindo, assim, os sentidos para a aula.

Pois bem, essa entrevista deu muito que falar, no bom sentido, é claro! Ou melhor, nos múltiplos sentidos que eram construídos para atribuir um significado à aula, desde a ideia da transmissão de conhecimentos, passando pelo desenvolvimento profissional, até chegar ao sujeito, individual, que está ali para “*dar exemplo para o cadete*”.

Quanto ao modo de produzir a aula, os depoimentos são iguais ao depoimento de todo professor que, como qualquer profissional, fala de seu trabalho, de suas experiências, de sua formação, de sua atuação; puxa pela sua memória e se revelam fotogramas de um ser docente que, ali, esculpindo-se em estar docente, traz nas marcas lhe deixadas do cinzel aquele ser social construído dentro de uma história que não se apaga e, acima de tudo, a história de um ser professor.

Dessa forma, a aula para o docente da AFA é uma *aula de arte*: há uma intenção, uma finalidade, pois “*o planejamento do conteúdo suscita o conhecimento do cadete*”; há uma configuração, pois o docente “*olha para o que vai ensinar, para o que vai falar, para o que vai utilizar*”; há afeto, pois “*aula boa é aquela que o cadete ‘curte*”; há influências reminiscentes, aprendizagem e preparo, pois “*a mãe do docente também era professora, e ele aprendeu cedo a planejar uma aula*”... E, como toda boa aula de arte, ela está circunscrita numa estética: na significação de aula para o docente da academia também cabe restrição, pois “*existe um padrão, e quando se chega à AFA, incorpora-se esse padrão*”. Há, enfim, o que Smolka (2010, p. 127) definiu tão bem: “*múltiplas dimensões do sentido no trabalho de ensinar*”; dimensões marcadas por uma multiplicidade de vozes, posições e valores entrelaçados na pessoa.

Assim como os demais professores de qualquer outra instituição de ensino superior do país, os docentes da AFA, nessa construção de sentidos para a aula, deixam explícito em suas falas o ser social que eles se configuram, formados de sentidos diversos, reconstruídos nas páginas do tempo pelo lápis da sua memória que não deixa apagar na história a singularidade de seu ser.



## 4 | ABORDAGENS DE ENSINO

Falar em abordagens de ensino pressupõe um sujeito; pressupõe um objeto; pressupõe a interação do sujeito e do objeto. Conforme aponta Hernandez (2016), é essa a visão de Mizukami (1986) em relação ao processo educativo, por isso a necessidade de levar em conta os aspectos humano, cognitivo, emocional e cultural que envolvem os sujeitos. E como essas abordagens se mostram na docência do professor da Academia da Força Aérea? Uma das maneiras de desvendar qual abordagem está resguardada na fala desse docente é analisá-la pelo viés da análise Linguística, mais especificamente, da Análise da Conversação.

De acordo com Marchuschi (2003), a maior preocupação da Análise da Conversação é a especificação dos conhecimentos linguísticos, paralinguísticos e socioculturais partilhados para que uma interação seja bem sucedida.

Assim, quando nos referimos às abordagens de ensino, também nos referimos à aprendizagem, logo, estamos no campo da interação. Quando vamos para o campo da interação, não tem como escapar dos conceitos de código, língua, linguagem, discurso. Quando falamos de discurso, logo pensamos nas relações estabelecidas entre os interlocutores e as unidades textuais por meio de determinados mecanismos linguísticos. Quando trabalhamos com esses mecanismos linguísticos também conhecidos como marcadores conversacionais, estamos no campo da Análise da Conversação.

Os marcadores conversacionais têm a função de marcar a evolução da conversa. Assim, por exemplo, o marcador *né?* busca apoio ou aprovação do discurso; o *mas* tem a função de reordenar a conversa sob um outro ponto de vista; já os *ah*, *éh* e os *titubeios* exercem um papel de planejamento do que vai ser dito depois. Por outro lado, os marcadores de natureza prosódica, como o tom de voz, por exemplo, revelam ênfase e surpresa ou dúvida e interrogação; o prolongamento das vogais assume diferentes características semânticas e as pausas podem ser recursos de natureza pragmática.

Outro elemento importante da Análise da Conversação são os modalizadores. A sua função é explicitar o ponto de vista, a posição assumida pelo sujeito na interlocução. Eles respaldam a forma como o interlocutor elabora o seu discurso e asseguram o seu direcionamento argumentativo. O *então*, por exemplo, apresenta muitas vezes essa função modalizadora além de indicar a hesitação.

Por sua vez, a hesitação não denota desconhecimento do assunto, mas o domínio do mesmo, apenas demandado por um lapso temporal para a ordenação das ideias a serem pronunciadas posteriormente pelo interlocutor.

Todos esses marcadores discursivos estão presentes na entrevista semiestruturada aplicada a um dos dez docentes da AFA no decorrer das pesquisas do PEPE.

No excerto escolhido para esta análise, os marcadores discursivos (ou conversacionais) foram de fundamental importância para alcançar o objetivo desta

investigação que era detectar na fala dos professores características da abordagem de ensino adotada por eles em suas aulas. Esses marcadores ajudaram a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado, articulando não só as unidades cognitivo-informativas do texto como também aquelas trocadas entre os sujeitos no momento da interlocução estabelecida, além de evidenciar e demarcar as condições de produção do texto, quanto a sua natureza interacional e pragmática.

No depoimento analisado do professor, observa-se que, mesmo sem ter consciência da função dessas partículas, ele foi capaz de manter o laço interacional proposto pelo entrevistador. Em determinado momento de seu depoimento, transcrito logo abaixo, na continuidade de sua justificativa à resposta da reflexão que lhe fora feita, o docente redarguiu o entrevistador com outra pergunta: “... *então por exemplo... o:: por exemplo o Hubble como é que você faz éh::... pra orientar o Hubble prum projeto de trabalho? (Professor 3)*”.

Salvo a resposta que se pretendia dar, a manutenção e/ou a continuidade da interação ali estabelecida, o propósito da pergunta do professor é a introdução de um novo rumo para a conversa.

Este docente, em especial, era, à época, um dos decanos da AFA, logo a sua experiência docente aos poucos foi-se incorporando no momento da produção daquela entrevista, daquele discurso, e conferiu naquela interlocução a técnica metodológica que adotava em suas aulas sem nem mesmo os entrevistadores perceberem. Tanto que, na dinamicidade daquele diálogo, naturalmente o entrevistador consentiu as condições que o professor estabelecia na interação e interrompeu a explicação temática do professor lhe fazendo uma pergunta de chofre: “*O que é isso?*”.

Quando o professor responde calmamente o que é o Hubble, “*aquele telescópio espacial...*”, naquele exato momento da produção do seu discurso, deixa clara a abordagem de ensino que utiliza em sala de aula, a saber: a abordagem tradicional.

Salienta-se aqui “aquele exato momento de produção de discurso”, na medida em que a abordagem detectada na sua fala não engessa a sua prática docente. O que isso quer dizer? Predominantemente a sua prática se caracteriza como tradicional, mas isso não implica que o professor não apresente nela características da abordagem comportamentalista, ou cognitivista, ou humanista, ou sociointeracional.

Dessa forma, foi possível perceber que, ao interagir na entrevista proposta e expor seu conhecimento tácito sobre o que lhe era perguntado, por detrás das marcas conversacionais no depoimento do professor, foi possível detectar traços implícitos que evidenciam as suas concepções pedagógicas, caracterizando, assim, o seu exercício docente.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os esforços envidados no desenvolvimento das pesquisas realizadas pelo PEPE até o presente momento buscaram situar — tanto na instituição em que ele está

inserido quanto no meio acadêmico e científico da educação no Brasil — quem é esse docente, seja especialista, mestre ou doutor, que leciona numa instituição militar de ensino superior, quais suas concepções de ensino e de aprendizagem e qual a sua formação e profissionalização docente.

Os caminhos encontrados por estes professores pesquisadores para desenvolver suas análises, fazer inferências sobre suas questões de pesquisas, aferir seus dados até apresentar seus resultados, foram vários. No entanto, as análises sempre chegaram a um ponto pacífico: dentro de todo universo do ensino superior no Brasil somos tão iguais aos nossos outros colegas das demais universidades do país, apesar de nos construirmos tão diferentes por estarmos num *locus* peculiar, ou seja, numa instituição militar de ensino superior.

No momento atual, o PEPE recebeu um convite para partilhar dos estudos do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, Formação, (Auto)Biografia e Representações Sociais (GRIFARS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE-UFRN). Criado em 1999, o GRIFARS tem como objetivo investigar narrativas autobiográficas (orais, escritas, digitais, audiovisuais) produzidas por crianças, jovens e adultos como um fenômeno antropológico, método de pesquisa e como dispositivo pedagógico de auto(trans) formação.

A partir desse convite e de acordo com as intenções apresentadas pelos professores membros do PEPE em seus relatórios técnicos, nesta nova fase de investigação, esses pesquisadores se propuseram a buscar uma nova perspectiva de pesquisa com vistas a evidenciar os elementos que subsidiam a memória e as histórias de vida do professor da AFA no que diz respeito a sua formação, constituição e significação como docente de uma instituição militar.

## REFERÊNCIAS

CARLINO, E.P. **Relatório técnico:** Os múltiplos sentidos sobre a aula na visão do docente da Academia da Força Aérea. Pirassununga - SP: Academia da Força Aérea, 2016. 8 p.

FORMIGA, L. A. **Relatório técnico:** Identidade profissional e o processo de formação do professor da AFA. Pirassununga - SP: Academia da Força Aérea, 2016. 22 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento.** São Carlos: Pedro e João editores, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

HERNANDEZ, J. M. C. **Relatório técnico:** A construção dos sentidos sobre o fazer docente – análise e importância dos tópicos discursivos e dos marcadores conversacionais nas falas dos professores da AFA. Pirassununga - SP: Academia da Força Aérea, 2016. 22 p.

KIRSCH, Deise Becker. Formação de instrutores para o ensino militar: a docência em questão.

In: FERREIRA, Lúcia Gracia. FERRAZ, Rita de Cássia. (Orgs). **Formação docente: identidade, diversidade e saberes**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014, p. 203-216.

MARCUSHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PAIVA, Cantaluze Mércia Ferreira. A identidade docente na educação profissional: como se forma o professor. In: ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, XVI, 2012, Campinas-SP. **Anais...** Campinas-SP: Junqueira&Marin Editores, 2012. v. 1, p. 14 - 25. Disponível em: <[http://www.infoteca.inf.br/endiipe/smarty/templates/arquivos\\_template/upload\\_arquivos/acervo/docs/2752c.pdf](http://www.infoteca.inf.br/endiipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2752c.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

SCHAFFEL, Sarita Léa. Identidade profissional em questão. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 102-115.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Ensinar e significar: as relações de ensino em questão ou das (não) coincidências nas relações de ensino. In: SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; NOGUEIRA, Ana Lúcia Horta (Org.). **Questões de desenvolvimento humano: práticas e sentidos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. cap.5, p.107-128.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. **Obras escogidas**. Problemas de psicología general. Madri: Visor Distribuciones, 1993. v. 2.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957